



MP-RJ

Técnico do Ministério Público – Área: Administrativa

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de textos argumentativos, com destaque para métodos de raciocínio e tipologia argumentativa; processos de construção textual; a progressão textual	1
As marcas de textualidade: a coesão, a coerência e a intertextualidade	2
Reescritura de frases em busca da melhor expressão escrita.....	12
Domínio vocabular e sua importância na construção do sentido do texto	14
A presença dos estrangeirismos em nosso léxico.....	16
Os diversos usos das várias classes de palavras	18
A organização sintática.....	30
O emprego dos sinais de pontuação.....	38
A variação linguística e sua adequação às diversas situações comunicativas	42
A linguagem denotativa e a conotativa.....	43
A nova ortografia	46
Questões	55
Gabarito.....	62

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Proposições, valor-verdade, negação, conjunção, disjunção, implicação, equivalência-proposições compostas. Equivalências lógicas	1
Problemas de raciocínio: deduzir informações de relações arbitrárias entre objetos-lugares, pessoas e/ou eventos fictícios dados.....	10
Diagramas lógicos.....	13
tabelas e gráficos	16
Conjuntos e suas operações	24
Números naturais, inteiros, racionais, reais e suas operações. Representação na reta	31
Unidades de medida: distância, massa e tempo. Medidas de comprimento, área, volume.....	49
Representação de pontos no plano cartesiano	55
Álgebra básica: equações, sistemas e problemas do primeiro grau.....	57
Porcentagem e Juros	62
proporcionalidade direta e inversa	66
Sequências, reconhecimento de padrões, progressões aritmética e geométrica	69

SUMÁRIO



Geometria básica: distâncias e ângulos, polígonos, circunferência, perímetro e área. Semelhança e relações métricas no triângulo retângulo	74
princípios de contagem e noção de probabilidade	85
Questões	92
Gabarito	102

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público na Constituição Federal de 1988: Princípios, garantias, vedações, estrutura e funções institucionais	1
Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP: natureza jurídica, composição, órgãos, atribuições e relação com as Instituições controladas	2
Inquérito Civil e investigação penal pelo Ministério Público: instrumentos para o exercício das funções institucionais	4
Procedimento investigatório criminal: instauração e tramitação, no âmbito do MPRJ; Resolução GPGJ 1.678/2011; Resolução CNMP 181/2017	6
Inquérito civil público, procedimento preparatório, termo de ajustamento de conduta e ação civil pública, no âmbito do MPRJ: Resolução nº GPGJ 2.227/2018; Resolução CNMP nº 23/2007; Resolução CNMP nº 164/2017	19
Instauração e tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo: Resolução CNMP nº 174/2017	42
Organização do Ministério Público: Lei nº 8.625/93 e Lei Complementar Estadual nº 106/03	44
Lei Estadual nº 5.891/2011 (Dispõe sobre o Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro) e suas alterações	106
Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975) e seu regulamento (Decreto nº 2479 de 08 de março de 1979)	118
Resolução GPGJ nº 2.331, de 05 de março de 2021 (Disciplina o Procedimento Preparatório Eleitoral no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro)	180
Resolução GPGJ nº 2.469, de 25 de maio de 2022 (Disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o acordo de não persecução cível, de forma a regulamentar o disposto no art. 17-B, da Lei nº 8.429/1992)	183
Resolução GPGJ nº 2.474, de 05 de julho de 2022 (Dispõe sobre as atribuições dos cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro)	188
Resolução GPGJ nº 2.539, de 07 de julho de 2023 (Dispõe sobre normas internas afetas aos processos de cunho disciplinar e institui o Acordo de Não Persecução Disciplinar (ANPD), no âmbito do regime disciplinar dos servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências)	193
Resolução GPGJ nº 2.573, de 23 de fevereiro de 2024 (Regulamenta a nova sistemática de arquivamento do inquérito policial, do procedimento de investigação criminal ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro)	197
Questões	199
Gabarito	207

SUMÁRIO



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Arquivos digitais: Principais padrões e características de documentos, planilhas, imagens, áudios e vídeos.....	1
Sistema Operacional Windows 11: manipulação de janelas, programas e arquivos; telas de controle e menus típicos;mecanismos de ajuda; mecanismos de busca	2
Editores de texto: formatação, configuração de páginas, impressão,títulos, fontes, tabelas, corretores ortográficos, manipulação de figuras, cabeçalhos, rodapés, anotações e outras funcionalidades de formatação. Comandos de localização e substituição.....	10
Planilhas: criação, manipulação de dados,fórmulas, cópia e recorte de dados, formatação de dados e outras funcionalidades para operação. Manipulação de arquivos: leitura e gravação. Integração com outras planilhas. Filtros. Ordenação. Macros. Controle de exibição. Recursos para impressão. Importação e exportação de dados. Controle de alterações. Proteção de dados e planilhas	33
Internet: conceitos gerais e funcionamento. Navegadores(browsers) e suas principais funções. Sites e links; buscas. Transferência de arquivos e dados: upload, download,banda, velocidades de transmissão	58
Navegação segura: cuidados no uso da Internet; ameaças;uso de senhas e criptografia; tokens e outros dispositivos de segurança; senhas fracas e fortes	65
Manipulação de arquivos locais e em nuvem: Leitura e gravação; Compartilhamento de arquivos, controle de alterações; uso de senhas para proteção. Formatos para gravação. Impressão	69
Criação e manipulação de formulários. Integração com planilhas.....	70
Questões	73
Gabarito.....	81

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

Constituição (conceitos, classificação e supremacia)	1
Princípios constitucionais	9
Os poderes: legislativo, executivo e judiciário e as funções essenciais à justiça; a fiscalização contábil financeira e orçamentária (tribunais de contas).....	17
Normas constitucionais relativas à administração pública e aos servidores públicos da administração pública (constituição federal e constituição estadual).....	68
Controle de constitucionalidade	88
Interpretação e hermenêutica constitucional.....	93
Ordem econômica e financeira.....	98
Princípios de direito administrativo.....	110



Atos administrativos: elementos, atributos, classificações, espécies, anulação, revogação e convalidação: pressupostos, competência e efeitos	117
Contratos administrativos: formalização, espécies, licitação e suas modalidades lei 14.133/21: Sanções administrativas crimes em licitações e contratos administrativos regime diferenciado de contratações públicas parcerias voluntárias: lei nº 13.019/2014 .	138
Recursos administrativos: espécies, prazos, processos administrativos, a chamada prescrição administrativa.....	285
Agentes públicos – regimes jurídicos	289
Restrições do estado sobre a propriedade privada.....	307
Serviços públicos.....	314
Responsabilidade extracontratual do estado	333
Controle da administração pública	340
Mandado de segurança.....	349
Lei nº 8.429/92 (Lei de improbidade administrativa)	354
Lei nº 12.846/2013 – Lei anticorrupção.....	369
Código penal: dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral.....	375
Dos crimes contra as finanças públicas	386
Questões	390
Gabarito.....	397

SUMÁRIO



A interpretação de textos argumentativos exige a compreensão dos métodos de raciocínio, da tipologia argumentativa, dos processos de construção textual e da progressão das ideias ao longo do texto. Esses aspectos são essenciais para identificar a tese defendida, os argumentos utilizados e a estrutura lógica da argumentação.

A seguir, apresentamos um panorama desses elementos:

Métodos de raciocínio e tipologia argumentativa

A argumentação pode ser desenvolvida por meio de diferentes métodos de raciocínio, que garantem coerência e credibilidade às ideias defendidas. Os principais são:

- **Raciocínio dedutivo:** parte de uma ideia geral para chegar a uma conclusão específica. Exemplo clássico é o silogismo:

Todo ser humano é mortal.

Sócrates é um ser humano.

Logo, Sócrates é mortal.

- **Raciocínio indutivo:** parte de casos específicos para chegar a uma conclusão geral. Exemplo:

João estudou muito e passou no concurso.

Maria também estudou muito e passou.

Logo, estudar muito aumenta as chances de aprovação.

- **Raciocínio por analogia:** estabelece uma relação entre situações semelhantes para sustentar uma conclusão. Exemplo:

Assim como uma casa precisa de bons alicerces para se manter firme, uma argumentação bem estruturada precisa de bons fundamentos.

Além disso, os textos argumentativos podem adotar diferentes tipologias, como:

- **Argumentação lógica:** baseada em fatos e raciocínio coerente.
- **Argumentação emocional:** busca sensibilizar o leitor por meio de sentimentos e valores.
- **Argumentação de autoridade:** utiliza a opinião de especialistas para reforçar uma ideia.
- **Argumentação por exemplificação:** apresenta casos concretos para validar a tese.

Processos de construção textual

A construção do texto argumentativo segue um esquema lógico que inclui:

1. Tese: ideia central defendida no texto.
2. Argumentos: justificativas que sustentam a tese.
3. Conclusão: fechamento da argumentação, reafirmando a tese ou apresentando soluções.

A estrutura do texto pode ser organizada de diferentes formas, como a dissertação clássica, que segue a ordem introdução-desenvolvimento-conclusão, ou a argumentação dialética, que contrapõe diferentes pontos de vista antes de chegar a uma conclusão.



PROPOSIÇÕES

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- **Verdadeiro (V)**, caso a proposição seja verdadeira.
- **Falso (F)**, caso a proposição seja falsa.

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

- **Sentenças Abertas**

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”

- **Sentenças Fechadas**

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: “ $2 + 2 = 4$ ”
- Sentença fechada e falsa: “O Brasil é uma ilha”

Proposições Simples e Compostas

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:



PRINCÍPIOS, GARANTIAS, VEDAÇÕES, ESTRUTURA E FUNÇÕES INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Constituição Federal de 1988 conferiu ao Ministério Público um papel central na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Para cumprir essa missão, a instituição é dotada de princípios, garantias, vedações e uma estrutura própria que asseguram sua independência e autonomia no desempenho de suas funções.

▸ Princípios Institucionais

Os princípios institucionais do Ministério Público estão previstos no artigo 127, § 1º, da Constituição Federal e são fundamentais para garantir sua atuação independente e eficaz:

- **Unidade:** o Ministério Público é um só corpo institucional, ou seja, seus membros pertencem a uma única instituição, sendo representados por seu chefe máximo em cada unidade federativa.
- **Indivisibilidade:** os membros do Ministério Público não atuam em nome próprio, mas sim como representantes da instituição, podendo ser substituídos entre si sem prejuízo da continuidade dos trabalhos.
- **Independência funcional:** no exercício de suas funções, os membros do Ministério Público não estão sujeitos a hierarquia ou subordinação, devendo obedecer apenas à Constituição e às leis.

▸ Garantias Institucionais

As garantias do Ministério Público asseguram sua autonomia e independência em relação aos demais poderes e garantem a atuação livre de pressões políticas ou administrativas. Entre elas, destacam-se:

- **Vitaliciedade:** após dois anos de exercício, o membro do Ministério Público só pode perder o cargo por sentença judicial transitada em julgado.
- **Inamovibilidade:** os membros do Ministério Público não podem ser removidos de suas funções sem seu consentimento, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão competente.
- **Irredutibilidade de subsídio:** os vencimentos dos membros do Ministério Público não podem ser reduzidos, garantindo sua estabilidade financeira e independência.

▸ Vedações aos Membros do Ministério Público

Para preservar sua imparcialidade e independência, a Constituição impõe diversas vedações aos membros do Ministério Público, previstas no artigo 128, § 5º:

- **Exercer advocacia:** é vedado ao membro do Ministério Público exercer a advocacia, inclusive após sua aposentadoria, no prazo de três anos.
- **Participar de sociedade comercial:** não podem ser sócios ou exercer função de direção em empresas privadas.
- **Exercer outro cargo público:** salvo o de magistério, os membros do Ministério Público não podem acumular cargos públicos.
- **Atividade político-partidária:** é vedada a filiação a partidos políticos ou o exercício de atividades político-partidárias.

Essas vedações visam garantir que o Ministério Público atue de maneira isenta, sem influências políticas ou interesses privados.



Os arquivos digitais são essenciais para a organização e armazenamento de informações em diversas áreas. Cada tipo de arquivo possui formatos específicos, com padrões e características próprias. A seguir, apresentamos os principais:

Documentos

Os arquivos de documentos são utilizados para textos, relatórios, livros e outros registros escritos.

- **DOC/DOCX (Microsoft Word)**: Formato editável, compatível com vários processadores de texto.
- **PDF (Portable Document Format)**: Preserva a formatação do documento, ideal para compartilhamento e impressão.
- **TXT (Texto Simples)**: Arquivo leve, sem formatação, usado para anotações simples.
- **ODT (OpenDocument Text)**: Formato aberto, compatível com o LibreOffice e o OpenOffice.

Planilhas

Planilhas eletrônicas permitem organização de dados, cálculos e análises estatísticas.

- **XLS/XLSX (Microsoft Excel)**: Formato mais popular para planilhas, permite fórmulas e tabelas dinâmicas.
- **ODS (OpenDocument Spreadsheet)**: Alternativa livre compatível com o LibreOffice.
- **CSV (Comma-Separated Values)**: Formato simples, utilizado para exportação de dados em tabelas.

Imagens

Os arquivos de imagem possuem diferentes formatos, de acordo com a necessidade de compressão e qualidade.

- **JPEG/JPG**: Formato comprimido, adequado para fotografias e imagens na web.
- **PNG**: Suporta transparência e compressão sem perdas.
- **GIF**: Formato utilizado para imagens animadas.
- **TIFF**: Alta qualidade, muito usado para impressão.
- **SVG**: Formato vetorial, ideal para logotipos e ilustrações escaláveis.

Áudios

Os arquivos de áudio variam conforme a compressão e qualidade sonora.

- **MP3**: Formato popular, boa qualidade com compressão eficiente.
- **WAV**: Qualidade sem perdas, utilizado em edição de áudio profissional.
- **AAC**: Melhor qualidade que o MP3 para a mesma taxa de bits.
- **FLAC**: Formato sem perdas, mantém a qualidade original do áudio.
- **OGG**: Alternativa livre ao MP3, utilizado em aplicações como o Spotify.

Vídeos

Os formatos de vídeo combinam imagem e som em um único arquivo.

- **MP4**: Formato mais popular, compatível com diversos dispositivos.
- **AVI**: Alta qualidade, mas pode ter tamanhos grandes.



Conceito de Constituição

A Constituição é a norma suprema que rege a organização de um Estado Nacional.

Por não haver na doutrina um consenso sobre o conceito de Constituição, faz-se importante o estudo das diversas concepções que o englobam. Então vejamos:

– Constituição Sociológica

Idealizada por Ferdinand Lassalle, em 1862, é aquela que deve traduzir a soma dos fatores reais de poder que rege determinada nação, sob pena de se tornar mera folha de papel escrita, que não corresponde à Constituição real.

– Constituição Política

Desenvolvida por Carl Schmitt, em 1928, é aquela que decorre de uma decisão política fundamental e se traduz na estrutura do Estado e dos Poderes e na presença de um rol de direitos fundamentais. As normas que não traduzirem a decisão política fundamental não serão Constituição propriamente dita, mas meras leis constitucionais.

– Constituição Jurídica

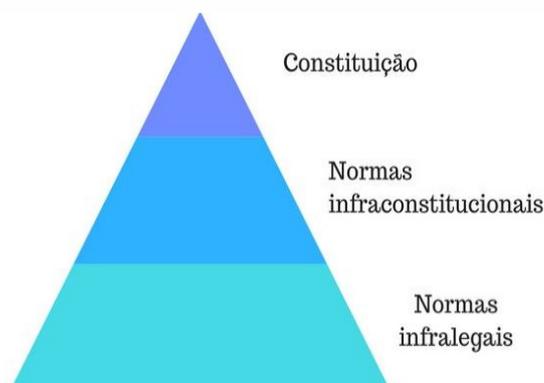
Fundada nas lições de Hans Kelsen, em 1934, é aquela que se constitui em norma hipotética fundamental pura, que traz fundamento transcendental para sua própria existência (sentido lógico-jurídico), e que, por se constituir no conjunto de normas com mais alto grau de validade, deve servir de pressuposto para a criação das demais normas que compõem o ordenamento jurídico (sentido jurídico-positivo).

Na concepção jurídico-positiva de Hans Kelsen, a Constituição ocupa o ápice da pirâmide normativa, servindo como paradigma máximo de validade para todas as demais normas do ordenamento jurídico.

Ou seja, as leis e os atos infralegais são hierarquicamente inferiores à Constituição e, por isso, somente serão válidos se não contrariarem as suas normas.

Abaixo, segue a imagem ilustrativa da Pirâmide Normativa:

Pirâmide Normativa



Como Normas Infraconstitucionais entendem-se as Leis Complementares e Ordinárias;

Como Normas Infralegais entendem-se os Decretos, Portarias, Instruções Normativas, Resoluções, etc.